



Guia Prático para Aquisição de Armas, Munições e Acessórios

Em conformidade com a Portaria Normativa nº 223/DGPC/MS de 16 de janeiro de 2.025.

1. Aquisição de Armas de Fogo de Uso Restrito

1.1. Documentação Necessária:

- 1.1.1. Requerimento editável disponibilizado pela Seção de Armamento/DRAP (preencher e assinar eletronicamente);
- 1.1.2. Cópia da identidade funcional (servidor ativo ou inativo);
- 1.1.3. Cópia do CPF;
- 1.1.4. Cópia da GRU acompanhada do comprovante de pagamento;
- 1.1.5. Esse item é requisito apenas nas aquisições iniciais, ou seja, armas novas devem acompanhar a Nota Fiscal, Declaração do Fabricante ou Estabelecimento Comercial contendo descrição do armamento a ser adquirido;
- 1.1.6. Servidor aposentado é exigido Laudo de aptidão psicológica emitida por profissional credenciado junto à DPF (Parágrafo único do art. 2º da referida Portaria).

1.2. Tramitação interna:

Obs.: Os processos devem ser encaminhados <u>individualizados</u> por <u>requerente</u> e por <u>arma</u> de fogo.

1.2.1. Servidores da ativa:

- 1.2.1.1. Procedimento via NUP encaminhar pedido à chefia imediata para análise sobre eventual ocorrência prevista no art. 63 do Decreto nº 11.615/2023, e seguirá a via hierárquica;
- 1.2.1.2. Seção de Armamento fará a consolidação do pedido de aquisição de arma de fogo de uso restrito ou de transferência de propriedade, com informações acerca da existência ou não de restrição ou suspenção, a fim de subsidiar manifestação do Delegado-Geral;
- 1.2.1.3. Após a aprovação pelo Delegado-Geral, a Seção de Armamento enviará o processo à Polícia Federal e fornecerá um protocolo emitido pela DELEAQ/DPF.





1.2.2. Servidores inativos:

- 1.2.2.1. Encaminhar documentação relacionada no item **1.1.** para o endereço eletrônico drap@pc.ms.gov.br;
- 1.2.2.2. Seção de Armamento fará a consolidação do pedido de aquisição de arma de fogo de uso restrito ou de transferência de propriedade, verificando informações acerca da existência ou não de restrição ou suspenção, a fim de subsidiar manifestação do Delegado-Geral;
- 1.2.2.3. Após a aprovação pelo Delegado-Geral, a Seção de Armamento enviará o processo à Polícia Federal que fornecerá protocolo emitido pela DELEAQ/DPF.

Obs.: Após o encaminhamento à DPF, o expediente seguirá o tramite daquela instituição, cessando as atribuições da Seção de armamento PC MS.

- 1.3. Validade da Autorização:
 - 1.3.1. A autorização é válida por 180 dias;
 - 1.3.2. Deve ser registrada no SINARM dentro desse prazo, conforme normas da Polícia Federal.

2. Transferência de Armas entre SINARM e SINARM

2.1. Mudança de Titularidade:

- 2.1.1. Documentação Necessária Idem item 1.1.;
- **2.1.2.** CRAF (Certificado de Registro de Arma de Fogo).

3. Transferência de Armas entre SIGMA e SINARM

- 3.1. Mesmo Titular:
 - 3.1.1. Documentação Necessária Idem item 1.1.
 - 3.1.2. CRAF (Certificado de Registro de Arma de Fogo).

4. Recolhimento de Armas em caso de desligamento (art. 8º)

- 4.1. Situações de recolhimento:
 - 4.1.1. A pedido ou ex officio;
 - 4.1.2. Cassação ou revogação do porte de arma (licença médica com suspensão do porte funcional ou afastamento compulsório).





4.2. Procedimento:

2. Exemplo da GRU Simples preenchida

- 4.2.1. A unidade de sua última lotação recolherá a arma, com emissão de recibo;
- 4.2.2. Encaminhamento à Seção de Armamento até 90 dias, contados da data do desligamento.

000.00

Recolhimento de Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados Código de Recolhimento MINISTÉRIO DA FAZENDA Número de Referência 00000(2) SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU Competência 11/2004 Vencimento 10/11/2004 iome do Contribuinte/Recolhedor Macena & Macena Ltda CNP3/CPF Contribuinte 00.000.000/0001-00 Nome da Unidade Favorecida Fundo do Exército 16708600001 UG / Gestão 000.00 (3) Instruções As informações inseridas nessa guia são de exclusiva (-) Desconto/Abatimento responsabilidade do contribuinte, devendo o mesmo, em caso (-) Outras deduções responsabilidade do contribuitos. de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

- A firma Macena & Macena Ltda, neste exemplo, está pagando:
- Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados (favor conferir o código abaixo);
- (2) Número de referência do procedimento que está sendo feito (Revalidação, Concessão);

(+)Mora/Multa +)Juros/Encargos

(=)Valor Total

(+)Outros Acréscimos

(3) Valor correspondente ao procedimento.

GRU SIMPLES
Pagamento Exclusivo no Banco do Brasil S.A.

Instruções para o preenchimento da GRU - Simples

O preenchimento será no site da Secretaria do Tesouro Nacional

https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru

Será disponibilizada a seguinte tela







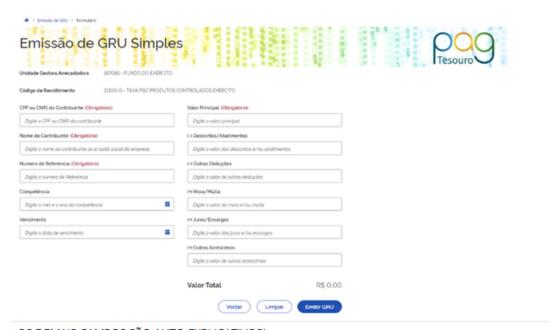
https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru

Preencher os campos com as seguintes informações:

Unidade Gestora Arrecadadora: 167086 - FUNDO DO EXÉRCITO

Código de Recolhimento: 11300-0 TAXA DE FISC, PRODUTOS CONTROLADOS EXÉRCITO

Orientação para o preenchimento dos campos obrigatórios:



OS DEMAIS CAMPOS SÃO AUTO-EXPLICATIVOS!

Dados necessários para o preenchimento do campo "número de referência"

Preencher com campo numérico de 5 posições, contedo o código da tabela de Regiões Militares (3 posições) e o código da tabela de taxas e multas (2 posições):





20941

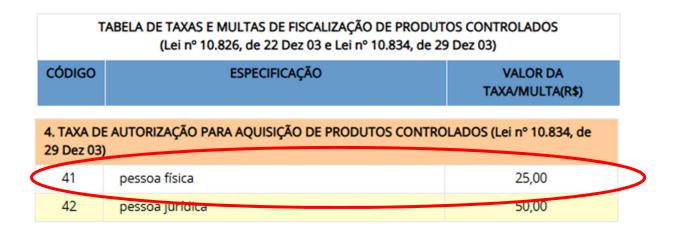
Dados necessários para o preenchimento do campo "número de referência"

Preencher com campo numérico de 5 posições, contede o código da tabela de Regiões Militares (3 posições) e o código da tabela de taxas e multas (2 posições):

TABELA DE REGIÕES MILITARES	
Código	Região Militar (RM)
201	1ª Região Militar - Rio de Janeiro e Espírito Santo
202	2ª Região Militar - São Paulo
203	3ª Região Militar - Rio Grande do Sul
204	4ª Região Militar - Minas Gerais (exceto o Triângulo Mineiro)
205	5ª Região Militar - Paraná e Santa Catarina
206	6ª Região Militar - Bahia e Sergipe
207	7ª Região Militar - Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
208	8ª Região Militar - Pará e Amapá, área do Estado de Tocantins limitada ao Sul pelos municípios de Wanderlândia, Babaçulândia e Xambioá (estes inclusive) e as áreas dos Municípios de Açailândia, João Lisboa, Imperatriz, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Sítio Novo, Porto Franco, Estreito e Carolina, todos no Estado do Maranhão
209	9ª Região Militar - Mato Grosso do ട്യൂ e Mato Grosso
210	10° Região Militar - Ceará, Piauí e Maranhão (exceto a área sob circunscrição da 8ª RM).
211	11ª Região Militar - Distrito Federal, Goiás, Tocantins e Triângulo Mineiro
212	12ª Região Militar - Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima







https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru

Preferível pagamento via PIX



